

Defesa de Bolsonaro pede ao STF redução de pena

Advogados questionam delação feita por Mauro Cid

Por Gabriela Gallo

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apresentou, na noite desta segunda-feira (27), os embargos de declaração sobre a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que o condenou a 27 anos e três meses de prisão por ser o principal mandante de um plano de tentativa de golpe de Estado. Em um documento de 85 páginas, os advogados de Bolsonaro apontam trechos das condenações que julgam estarem incorretos, solicitando uma revisão e redução da pena imposta a Bolsonaro. Outros advogados dos demais condenados também apresentaram as últimas tentativas de recursos à condenação do colegiado da Corte, com exceção dos advogados do delator do caso, tenente-coronel Mauro Cid.

Embargos de declaração são um recurso processual utilizado para solicitar que o juiz ou tribunal responsável pelo respectivo caso esclareça pontos obscuros, omissos, contraditórios ou para corrigir erros materiais de decisões judiciais.

Dentre os argumentos da defesa, os advogados voltaram a questionar a credibilidade da delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que cumprirá uma pena de dois anos por causa da colaboração – um tempo bem inferior em comparação aos demais condenados, que cumprirão mais de 15 anos de prisão.

“O que o próprio [...] acórdão demonstra é que, ao fim e ao cabo, ficou a versão do delegado. Ou seja, não aquela fornecida, mas a outra, exigi-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Segundo defesa, Bolsonaro cogitou, mas teria desistido do golpe

da. É grave não só porque as versões não eram coincidentes, tanto que houve a obrigação de retificar a estória anterior, mas também porque o delator trouxe aos autos e às audiências a naturalidade com que mente. Nesse sentido, foi notório que o interrogatório do delator descortinou que Mauro Cid criou perfil falso, com seu e-mail e em local no qual fica sua residência, para enviar mensagens”, diz o documento.

8 de janeiro

A defesa também alega que o ex-presidente não teve relação com os atos antidemocráticos que depredaram as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e, portanto, a dosimetria da pena e a condenação não deveriam considerar o acontecimento. O documento lembrou que o ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, julgou que Bolsonaro e os demais réus condenados têm uma “autoria mediata” nos atos

de 8 de janeiro – e a condenação foi acatada pela maioria dos ministros da Primeira Turma.

Autoria mediata é uma modalidade de crime que acontece quando um autor (chamado de “homem de trás”) usa outra pessoa (o executor) como um instrumento para cometer o delito, sem que o executor aja com dolo ou culpabilidade.

Diante disso, a defesa argumenta “grave contradição” no processo, visto que as pessoas que depredaram os prédios no dia 8 de janeiro de 2023 foram presas, algumas ainda enfrentam processo de julgamento e outras condenadas. Ou seja, a Corte não pode julgar Bolsonaro e os demais réus por “autoria mediata” e ainda aplicar uma culpabilidade aos envolvidos nos atos antidemocráticos.

“Pune-se os réus deste processo por autoria mediata, anotando expressamente que isso só é possível se aqueles que estavam de fato na Praça dos Três Poderes naquele dia 08 ou eram

inimputáveis, ou agiram ‘sem dolo ou culpa’. Ainda assim, o mesmo trecho anota que ‘vários criminosos’ já foram condenados. O [...] acórdão, aliás, traz os mais diversos detalhes e estatísticas sobre os mais de 1.600 réus e as penas e punições a eles impostas. Se aquelas pessoas são responsáveis (e, de fato, o são), não é sequer coerente punir os réus desta ação penal por autoria mediata. Aliás, não é lógico ou juridicamente possível. O dolo daqueles já foi ampla e repetidamente reconhecido, não havendo espaço sequer para cogitar-se em autores mediatos”, reforça a defesa do ex-presidente.

Em outro ponto dos embargos, os advogados de Bolsonaro ainda argumentam que “a conduta do Embargante se enquadraria na hipótese de desistência voluntária”. Em outras palavras, Bolsonaro e os demais réus cogitaram praticar o delito de golpe de Estado, mas teriam recuado após reuniões.

Ex-diretor confirma relação com “careca do INSS”

Por Sabrina Fonseca

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouviu, na segunda-feira (27), o ex-diretor do órgão e dono da Vênus Consultoria, Alexandre Guimarães, que ficou à frente da instituição entre 2021 a 2023, e recebeu R\$ 2 milhões de Antonio Carlos Neto, o empresário conhecido como o “careca do INSS”, preso em setembro pela Polícia Federal, após vir à tona o esquema nacional de descontos indevidos não autorizados feitos nas aposentadorias de pensões de beneficiários.

Questionado pelo relator da comissão, o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), sobre sua relação com o “careca do INSS”, Guimarães, que deu seu depoimento sem Habeas Corpus preventivo, respondeu que o conheceu em uma distribuidora de bebidas, no início de 2022, e conversaram sobre um projeto à época do empresário sobre importação de frutas para a China.

O relator também perguntou se os R\$ 2 milhões recebidos por Guimarães tinham a ver com os descontos indevidos sofridos por pensionistas e aposentados. O ex-diretor negou, afirmando que o dinheiro foi recebido para a empresa na qual ele prestava serviços, a Vênus Consultoria.

Alexandre ainda foi inter-



Carlos Moura/Agência Senado

Guimarães recebeu R\$ 2 milhões do “careca do INSS”

rogado sobre como conseguiu a vaga como diretor do INSS. Primeiramente, respondeu que foi por questões políticas. Minutos depois, desmentiu e disse que foi através de seu currículo. Ele também respondeu que sua renda atual dependia da sua aposentadoria, apenas, e garantiu que abriria a quebra de sigilo bancário pessoal e da Vênus Consultoria para provar sua inocência, mas que não teria motivos para fazer uma delação premiada em relação à fraude do INSS.

Alexandre Guimarães

Guimarães foi nomeado du-

rante o governo de Jair Bolsonaro (PL) e deixou o cargo no início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Antes disso, atuou como servidor público de carreira, com atuação também no ramo de consultoria por meio da sua empresa, a Vênus Consultoria.

Alexandre Guimarães é investigado por supostos repasses financeiros realizados a partir de um lobista identificado nas investigações careca do INSS para sua empresa. A defesa nega vínculo ilícito ou irregular com as investigações, apontando que a sua empresa tinha outro ramo de atuação.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Nogueira negou presença em jantar na Indonésia

Problemas diversos criam barata-voa na direita

O encontro dos presidentes Lula e Donald Trump, o impasse em relação à anistia, a indefinição de um candidato à Presidência, as brigas provocadas por Eduardo Bolsonaro e problemas regionais geraram uma espécie de caça às bruxas na direita.

No mais recente episódio de barata-voa, o blogueiro Paulo Figueiredo, que atua nos Estados Unidos contra o governo bra-

sileiro, ironizou a suposta presença do senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, em jantar na Indonésia que contou com a presença de Lula e dos irmãos Batista, da JBS.

Ele postou no X uma imagem da TV Estadão em que Ciro apareceria, no encontro, ao lado dos empresários. “E aí @ciro_nogueira como tá aí? União da Centro-Direita?”, perguntou Figueiredo.

Desculpado

Ontem, também no X, o senador dirigiu-se a Figueiredo e afirmou que ele “deveria ser mais cuidadoso do que qualquer um sobre a verdade dos fatos”. Ressaltou que a imprensa noticiara sua presença no Brasil no fim de semana. Ainda disse que o desculpava.

Eu não...

Diante da perspectiva de Trump ceder no tarifaço, Eduardo Bolsonaro postou que nunca pediu esse tipo de punição ao Brasil. Quando as medidas foram anunciadas, porém, o deputado federal postou um agradecimento público ao presidente norte-americano.

Daniel Torok/White House



Trump e Lula: encontro complicou oposição

Parabéns para Lula e o silêncio bolsonarista

Ao dar parabéns a Lula por seu aniversário e chamar o brasileiro de “vigoroso”, Trump complicou de vez a tentativa bolsonarista de minimizar o encontro entre os dois presidentes.

Muitos das lideranças do grupo preferiram o silêncio nas redes sociais. Alguns deles, como o líder do PL na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ), op-

taram por falar da vitória do presidente Javier Milei nas eleições parlamentares argentinas.

Muito atuante nas redes sociais, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) preferiu ressaltar medidas que tomou em seu estado, como reivindicar melhorias para Sete Lagoas: unidade de saúde e obra numa rodovia.

Ignorado

A indefinição do candidato da direita ao Planalto estimula conversas regionais à margem do controle de Jair Bolsonaro. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse não ter sido consultado sobre a possibilidade de seu partido apoiar Eduardo Paes (PSD) ao governo do Rio.

PL-raiz

A articulação tem sido feita pela ala do PL mais ligada ao presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, e que está no partido desde antes da entrada de Bolsonaro. O principal interlocutor do prefeito carioca tem sido o deputado federal Altineu Côrtes.

De saída

Situação também delicada em Santa Catarina: a deputada Caroline de Toni ameaça deixar o PL caso não consiga disputar o Senado em 2026 — uma das vagas será de Carlos Bolsonaro, e o governador Jorginho Mello (PL) quer apoiar a reeleição de Esperiidião Amin (PP).

Bet da Caixa

Lula não deveria ficar suspenso com o fato da Caixa criar uma bet. Desde 2024 que a Caixa Loterias, subsidiária do banco, está autorizada a entrar no mercado. Segundo seu CNPJ, a empresa pode explorar “jogos de azar e apostas não especificados anteriormente”.